



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

IAN MELO SILVEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE
TOCANTINÓPOLIS-TO: LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

TOCANTINÓPOLIS (TO)
2019

IAN MELO SILVEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E O LAZER NO MUNICÍPIO DE
TOCANTINÓPOLIS-TO: LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES.**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Educação Física para obtenção do título de Licenciatura em Educação Física e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Me. Adriano Lopes de Souza
Coorientadora: Prof. Ma. Orranette Pereira Padilhas

TOCANTINÓPOLIS (TO)
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S587p Silveira, Ian Melo.

Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Município de Tocantinópolis-TO: Limites, Desafios e Possibilidades. / Ian Melo Silveira. – Tocantinópolis, TO, 2019.

38 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Educação Física, 2019.

Orientador: Adriano Lopes de Souza

Coorientadora : Orranette Pereira Padilhas

1. Políticas Públicas. 2. Esporte. 3. Lazer. 4. Tocantinópolis. I. Título

CDD 796

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

IAN MELO SILVEIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO MUNICÍPIO DE TOCANTINÓPOLIS-TO:
LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Tocantinópolis, Curso de Educação Física para obtenção do título de Licenciatura em Educação Física e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 04/12/2019

Banca Examinadora



Prof. Me. Adriano Lopes de Souza, UFT



Prof. Esp. Wellington Mota de Sousa UFT



Prof. Dr Mayrhom Jose Abrantes Farias, UFT

Tocantinópolis, 2019

*“Dedico esta monografia aos meus avós
Maria de Jesus de Sousa e Lucas José de
Melo (in memoriam), cuja presença foi
essencial na minha vida e pelo apoio nos
meus sonhos e projetos.”*

AGRADECIMENTO

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A minha mãe Sonira de Sousa Melo, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Ao meu pai Emivaldo da Silva Silveira que apesar de todas as dificuldades me fortaleceu e que para mim foi muito importante.

Obrigado meus irmãos Igo, Italo e Lara, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

Ao professor Me. Adriano Lopes de Souza, pela orientação, apoio e confiança durante essa etapa. E a Professora Ma. Orranette Pereira Padilhas, Pela Co-orientação durante esse trabalho.

A todos os professores que contribuíram de maneira direta e indireta durante minha formação nesta universidade

Aos amigos Iury, Anna Thércia, Lucimeyre, Andressa e Caroline, companheiros(as) de trabalhos e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

A Kamilah, Tácia, Luana e Sâmara, amiga que sempre me apoiaram durante essa formação uma amizade que se fortaleceu ao longo do curso e que é para além do ambiente da universidade.

RESUMO

O esporte e lazer nos dias atuais são pensados e considerados mundialmente como um bem cultural e como direito social a ser compartilhado por todos indistintamente. Nesse sentido, torna-se importante entender que a formulação de uma política pública com ênfase no esporte e lazer proporciona a implementação desses projetos/programas/ações para a sociedade. Assim, o presente estudo tem como objetivo compreender e dar visibilidade às políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidas no município de Tocantinópolis-TO. A metodologia deste estudo se caracteriza por uma abordagem qualitativa de tipo exploratório, por meio da análise documental. Dentre os principais resultados podemos apresentar que a secretaria municipal de Juventude, Esporte e Lazer deste município desenvolve um número considerável de projetos de práticas esportivas e de lazer para comunidade, cuja maioria concentra-se no primeiro semestre. Além disso, é possível perceber também uma predominância de projetos que enfocam a prática esportiva, mais especificamente, o futebol, voltando-se, sobremaneira, para os atletas amadores da cidade e da região. Portanto, por meio da pesquisa realizada, observa-se que a atual gestão municipal da Prefeitura de Tocantinópolis por meio da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer desenvolvem políticas municipais de Esporte e Lazer. Por fim, conclui-se que, embora esteja em conformidade com a Constituição Federal ao garantir o acesso às práticas de esporte e lazer enquanto Direito Social, a gestão deste município deveria considerar a possibilidade de ampliar a diversidade dessas práticas, na tentativa de contemplar diferentes públicos-alvo.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Esporte. Lazer.

ABSTRAT

Sport and leisure today are considered and considered worldwide as a cultural good and as a social right to be shared by all without distinction. In this sense, it is important to understand that the formulation of a public policy with emphasis on sport and leisure provides the implementation of these projects / programs / actions for society. Thus, this study aims to understand and give visibility to the public policies of sport and leisure developed in the city of Tocantinópolis-TO. The methodology of this study is characterized by a qualitative exploratory approach through document analysis. Among the main results we can present that the municipal secretary of Youth, Sport and Leisure of this municipality develops a considerable number of projects of sports and leisure practices for the community, most of which is concentrated in the first semester. In addition, it is also possible to perceive a predominance of projects that focus on sports practice, more specifically, football, turning mainly to amateur athletes from the city and the region. Therefore, through the research carried out, it is observed that the current municipal management of Tocantinópolis City Hall through the Secretariat of Youth, Sport and Leisure develops municipal policies for Sport and Leisure. Finally, it is concluded that although it is in accordance with the Federal Constitution by guaranteeing access to sports and leisure practices as a Social Law, the management of this municipality should consider the possibility of broadening the diversity of these practices, in an attempt to contemplate different Audiences

Keywords: Public Policies. Sport. Recreation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBCE	Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte
CFB	Constituição Federal Brasileira
CND	Conselho Nacional de Desporto
DED	Departamento de Educação Física e Desporto
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INDESP	Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte
JATOC	Projeto Jogos Abertos de Tocantinópolis
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PED	Plano de Educação Física e Desporto
PNDE	Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Políticas Públicas
SEJEL	Secretaria da Juventude, Esporte e lazer

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 OBJETIVOS	13
2.1 Geral	13
2.2 Específico.....	13
3 REVISÃO DE LITERATURA	14
3.1 Definições e Estrutura Teórica das Políticas Públicas	14
3.2 Histórico e Definições de Esporte e Lazer	15
3.3 Políticas Públicas de Esporte e Lazer	17
4 MÉTODO DA PESQUISA	20
4.1 Tipos de pesquisa	20
4.2 Local da pesquisa	20
4.3 População/Amostra	21
4.4 Instrumentos/Técnicas de coleta dos dados.....	21
4.5 Procedimentos de Coleta dos dados.....	21
4.6 Procedimentos de Análise dos dados	22
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
5.1 Análise documental dos projetos de Políticas Públicas de Esporte e Lazer em Tocantinópolis-TO	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34
APÊNDICE APÊNDICE A –CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA.....	37

1 INTRODUÇÃO

O tema das Políticas Públicas (PP) tem sido alvo do interesse de pesquisadores de inúmeras áreas de conhecimento (ARAÚJO; MAGALHÃES, 2008). Nesta pesquisa, entende-se por PP o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, expressando a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público (STREY; AZAMBUJA; JAEGER, 2004).

Estudar esse campo nos permite compreender a configuração em diferentes esferas (federal, estadual ou municipal) e a complexidade que lhes são inerentes. Por isso, a análise foca o comportamento dos atores sociais e o processo de formulação da agenda e da política, buscando entender o porquê e para quem essa ação foi elaborada e não somente olhar o conteúdo da política pública em si (GRASSO, 2015).

O processo de formulação de uma PP perpassa pela mobilização de grupos representantes da sociedade civil e do Estado (institucionalizado), pela discussão e identificação de diferentes interesses e necessidades que permeiam a luta por inclusão de determinada questão na agenda pública, e, por fim, pela sua regulamentação como PP, no sentido de garantir direitos sociais dos envolvidos (CARVALHO et al., 2002).

O Sistema Nacional de Esporte e Lazer pressupõe um processo integrado que compreende um corpo unificado da União, Estados e Municípios. No Brasil, os Programas e Ações em torno do esporte e lazer perpassa principalmente por quatro eixos de execução: Esporte e Educação, Esporte de Participação (ou de lazer), Esporte e Paraesporte de Alto Rendimento e Esporte Social (BRASIL, 2004).

O esporte e lazer nos dias atuais são pensados e considerados mundialmente como um bem cultural e como direito social a ser compartilhado por todos indistintamente. Isso implica na realização de condições reais para o acesso igualitário de todos ao esporte e ao lazer (BRASIL, 2004). Entretanto, percebe-se que ambos ainda ficam “nas bordas”, em comparação a outros direitos sociais constitucionais, tanto no que diz respeito a sua compreensão e valorização, como no que tange a própria efetivação de ações. Assim, o poder público confere pouca estima ao esporte e lazer, atribuindo-lhes um caráter utilitário e compensatório (CASTELLANI, 1996; MARCELLINO, 2001).

No contexto social brasileiro, encontram-se programas e projetos desenvolvidos pelo Ministério do Esporte, tais como: Secretaria Executiva (Conferência Nacional do Esporte; Lei de Incentivo ao Esporte; Pintando a Liberdade; Praça da Juventude; PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Esporte de Alto Rendimento (Descoberta do Talento Esportivo; Bolsa atleta; Calendário Esportivo Nacional; Brasil no Esporte de Alto Rendimento) Esporte Educação, Lazer e Inclusão Social (Programa Segundo Tempo; Recreio nas Férias; Projetos Esportivos Sociais; Esporte e Lazer da Cidade; Rede Cedes; Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social; Jogos dos Povos Indígenas) (TASSA; LOVATO, 2014).

É importante ressaltar que a vinculação mínima do orçamento federal, estadual, e municipal é de 1% (BRASIL, 2004), através de emenda constitucional para o esporte nas quatro manifestações supracitadas: Esporte Educação, Esporte de Participação (ou de lazer), Esporte de Rendimento e Esporte Social. Ora, os estudos nessa linha buscam compreender as ações das autoridades públicas e privadas na sociedade, tendo em vista o que o governo e as entidades particulares estabelecem para alcançar resultados, quais os meios são utilizados, como tomam decisões, alocam recursos e impõem obrigações nos variados âmbitos, dentro dos quais se efetivam as estratégias políticas de conflito e consenso (GRASSO, 2015).

No tocante a temática das PP, vale pontuar sua histórica relação com a Educação Física, a qual ganhou notoriedade a partir da década de 80, com eventos científicos da área, em especial, no ano de 1997, quando nasce o Grupo de Trabalho Temático Políticas Públicas, juntamente com a organização dos outros grupos no âmbito do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE). Ora, embora seja discutida nestes eventos científicos, a produção de conhecimento sobre as PP na área ainda é discreta e voltada aos relatos de experiências, necessitando de maior diálogo com diferentes abordagens teóricas (STAREPRAVO, 2007).

Nos Cursos de Educação Física, por exemplo, a temática tem sido abordada de forma frágil, muitas vezes se restringindo aos manuais dos eventos e conhecimentos administrativos, reduzindo o espaço de reflexão crítica sobre o sistema e as transformações econômicas e sociais. Além disso, aumenta a necessidade de estudar mais de perto as políticas públicas que se referem aos direitos sociais, como é o caso do esporte e do lazer, devido ao enfraquecimento da criação e implementação de ações nesse sentido (WERLE, 2009).

Aliado ao que foi evidenciado, o presente trabalho se justifica pela escassez de estudos sobre a referida temática no Estado do Tocantins, em especial, na cidade de Tocantinópolis, constituindo uma lacuna na literatura. Em face do exposto, emerge as seguintes questões norteadoras deste estudo, a saber: como as PP de esporte e lazer são elaboradas no município de Tocantinópolis-TO?

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Compreender e dar visibilidade às políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidas no município de Tocantinópolis- TO.

2.2 Específico

- Mapear e descrever quais são os principais projetos de esporte e lazer elaborados pela Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer de Tocantinópolis;
- Analisar os objetivos, a justificativa, o público alvo e a avaliação dos referidos projetos desenvolvidos no município;
- Verificar e refletir sobre a participação do profissional de Educação Física no processo de elaboração das referidas propostas.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Definições e Estrutura Teórica das Políticas Públicas

No Brasil, antes da constituição de 1988, o Estado cumpre basicamente a função de assegurar a paz (através da defesa de suas fronteiras e garantia de propriedade) e centralizar a arrecadação de impostos. Todavia, houve um processo contínuo de expansão dos direitos políticos e sociais ocorridos, essencialmente, no decorrer do século XX, apontando o fim do caráter restrito do Estado na recolha dos impostos para defender o território e assegurar a paz. Ele passa a se responsabilizar por outras questões sociais, garantindo que direitos e deveres sejam cumpridos. A conquista de direitos e a consequente ampliação da cidadania impôs ao Estado uma reformulação, no sentido de repensar novos conteúdos da agenda pública (LINHALES, 1998).

As ações governamentais que visam atender a sociedade com relação a uma determinada demanda são chamadas de políticas públicas setoriais. O conceito de políticas públicas é evidenciado como uma estratégia de intervenção e regulação do Estado (e daqueles que o administram), que objetiva alcançar determinados resultados ou produzir certos efeitos no que diz respeito a um problema ou a um setor da sociedade (MENICUCCI, 2006). Construídas de acordo com a história, num processo não linear de lutas sociais, conquista de direitos e mudanças de valores, as políticas sociais representam, hoje, o modo de intervenção estatal no que tange às questões sociais, mais especificamente, aquelas relacionadas à garantia dos direitos sociais – educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, esporte, entre outros (STAREPRAVO; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2011).

Estas ações pressupõem a atuação decisiva e operacional do Estado, já que "[...] diferentemente dos direitos civis e políticos, a viabilização dos direitos sociais se faz pela intervenção ativa do Estado de forma positiva, ou seja, por meio das políticas sociais" (MENICUCCI, 2006, p. 139).

O conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, conhecida como Políticas Públicas configuram um compromisso social que visa dar conta de determinada demanda, expressando a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço aberto (STREY; AZAMBUJA; JAEGER, 2004). Essas ações incorporam teorias sobre como atingir determinados objetivos. Portanto, envolvem valores, prioridades, relações causais

e percepções da magnitude dos problemas e da eficácia dos instrumentos de intervenção (BUENO, 2008).

3.2 Histórico e Definições de Esporte e Lazer

O Esporte e o Lazer no Brasil ganham destaque nas últimas décadas do século XX e primeiras décadas do século XXI, por causa da sua constituição histórica, reconhecimento social e, especialmente, valores culturais que emanam, acrescido de formação ética para a cidadania (ZOTOVICI et al., 2013). Logo, o reconhecimento social do esporte e do lazer como áreas de conhecimento e de intervenção social tomam visibilidade e se expandem juntamente com as iniciativas das autoridades, ao promoverem discussões no sentido de propor mudanças e avanços. Nesse contexto, argumenta-se que

A presença do esporte e do lazer como direitos sociais trouxe como uma das suas consequências a aprovação do Regulamento Geral da Conferência Nacional do Esporte. Assim a Conferência Nacional do Esporte carregando em sua essência a democratização do acesso ao esporte e ao lazer e, para tal, propôs princípios e diretrizes voltados à elaboração da Política Nacional do Esporte e Lazer. Outro desdobramento foi à criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, cujo princípio fundamental é o regime de colaboração efetiva entre União os Estados e municípios, sendo enfáticos no que diz respeito à municipalização (DIAS; FONSECA, 2011, p.14-15).

Em 1941, é elaborado o primeiro documento legal sobre o esporte – Decreto Lei nº 3.199/41 – com apoio nos subseqüentes Decretos nº 9.267/42 e nº 7.674/45, bem como nas diversas deliberações do Conselho Nacional de Desporto (CND), no intuito de “[...] disciplinar e pacificar o esporte brasileiro” (CASTELLANI FILHO, 1999, p.32), isto é, restabelecer a paz, o espírito de disciplina e o patriotismo. Essa intenção nacionalista e pacificadora figurou durante todo o regime militar, cabendo ao CND à estruturação e o comando do esporte nacional até 1970.

Foi com a criação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Departamento de Educação Física e Desporto (DED), que surge o primeiro Plano de Educação Física e Desporto (PED), em 1971, e, na sequência, em 1975, a Lei Federal nº 6.251/75 e o Decreto Lei nº 80.228/77, responsáveis pela Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto (PNDE), no período de 1976 a 1979. O Esporte é caracterizado por grande conotação de rendimento e amplia o caráter nacionalista do regime militar. Os Movimentos populares,

sociais e políticos se fortalecem após o fim desse regime e as discussões culminaram na elaboração da Constituição Federal Brasileira (CFB) de 1988 (ZOTOVICI et al., 2013).

Dentre as várias mudanças, destaca-se o estabelecimento do esporte e do lazer como direito de todo cidadão: “Art. 217 – É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um [...]”. (BRASIL, 1988, p.140). E ainda no § 3º: “O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social”. (BRASIL, 1988, p.140). O Art. 6º, por sua vez, evidencia o lazer quando cita: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição [...]” (BRASIL, 1988, p. 20).

A expansão do esporte é considerada um fenômeno mundial. Os grandes eventos esportivos como: Jogos Olímpicos, Copa do Mundo do futebol, Formula1, Campeonatos Internacionais e Nacionais passaram a ser acompanhados por bilhões de expectadores por todo o mundo. Grande parte deste público passou igualmente a despertar para a necessidade e o direito de participação na prática esportiva. Assim, iniciar uma contextualização em torno do esporte é necessário para entender um pouco do seu conceito que em alguns estudos podemos encontrar com as nomenclaturas desporto ou esporte, contudo no Brasil o uso é indiferente, mas encontra-se uma predominância do termo esporte (BUENO, 2008).

Para uma melhor compreensão sobre esporte é necessário admitirmos que ele é um fenômeno polissêmico e polimorfo, ou seja, com vários significados e várias formas. Precisamos ter em conta que muitas diferentes interpretações são possíveis sobre o fenômeno em si e sobre seus usos, tais como os realizados pelas políticas esportivas (BENTO 2006),

Quando amigos discutem o resultado de uma partida de futebol ou alguém lê a seção de esportes de algum jornal, ou ainda quando um hotel anuncia que oferece esportes aos hóspedes, ninguém fica confuso sobre o significado do termo. Contudo, para entender o esporte do ponto de vista acadêmico, é necessário desenvolver algo mais do que uma simples definição do termo (BARBANTI, 2006). Contudo, neste estudo vamos entender o Esporte como conjunto específico de atividades físicas vigorosas, normatizadas (institucionalizadas), praticadas individualmente ou em grupo, com a finalidades simultâneas ou dissociadas da busca do lúdico, do prazer, do condicionamento físico e, sobretudo, da competição (BUENO, 2008).

O lazer, por sua vez, se manifesta por meio de uma dimensão privilegiada da expressão humana através de um tempo materializado e conquistado dentro de uma experiência pessoal criativa e de prazer, que por muitas vezes não se repete num tempo e espaço, tendo como eixo principal a ludicidade. É caracterizado, ainda, pelo seu potencial socializador e por uma

motivação interna, realizando-se dentro de um cenário marcado pela percepção de liberdade. Em alguns contextos, é feita por amor, podendo extrapolar a existência e, muitas vezes, chega a aproximar-se de um ato de fé. Sua vivência está relacionada diretamente às oportunidades de acesso aos bens culturais, os quais são determinados, via de regra, por fatores sócio-político-econômicos e influenciados por fatores ambientais (BRAMANTE, 1998).

Do ponto de vista conceitual, o lazer está associado à atividade recreativa, eventos de massa ou simplesmente um “tempo livre”, no qual as pessoas possam realizar qualquer tipo de atividade com atitude prazerosa, visando aspectos como descanso, divertimento e/ou desenvolvimento pessoal e social (MARCELLINO, 2000). Diante disso é possível destacar que além de um tempo disponível é necessário um espaço adequado e voltado para o cotidiano, ou seja, o espaço urbano deve ser também o local para o lazer (MARCELLINO, 2008).

Em relação aos ambientes para o lazer, muitos municípios são carentes oferecendo poucos espaços equipados para vivências, com práticas esportivas e culturais. Esses locais estão representados por clubes, parques, campos de várzea, quadras ou ginásios, pistas de caminhada, etc., tornando-os assim instrumentos para lazer. Mesmo esses espaços sendo locais de lazer urbanos, estudos apontam a necessidade de as cidades se estruturarem, pois, o lazer urbano é um dos mais expressivos (MARCELLINO, 2001; MARIANO, 2008).

Além disso, um dos espaços mais representativos para a vivência do lazer são as praças públicas, que historicamente faziam parte de áreas elitizadas das cidades ou ainda serviam exclusivamente como espaço de passagem das pessoas. As praças são vistas geralmente como local de acessibilidade. Algumas vezes, atitudes únicas e incomuns acontecem porque grupos de moradores as utilizam não apenas como forma de passagem, mas também como local para festividades da comunidade (MARCELLINO, 2000). Deste modo, é possível destacar que a prática do lazer não se restringe meramente aos instrumentos já descritos, podendo materializar-se em qualquer espaço do cotidiano que cause sensações prazerosas para indivíduo.

3.3 Políticas Públicas de Esporte e Lazer

Os questionamentos em torno das PP de esporte e lazer no País ganhou ênfase, motivadamente, pela sua constituição histórica e pelo reconhecimento social e de valores culturais que as envolvem. Contudo, analisar uma PP em uma gestão governamental sugere, necessariamente, uma análise dos mecanismos institucionais, bem como dos traços constitutivos dos programas, projetos e ações formulados e implementados (GRASSO 2015).

O aumento das pesquisas nesta área é recente por vários motivos, dentre eles: o grau ainda imaturo de configuração como objeto de estudo; e o contexto caracterizado por lutas de reconhecimento do esporte e do lazer como assunto público e direito social. Nas últimas décadas esse cenário vem se modificando, uma vez que diferentes análises e avaliações de políticas públicas de esporte e lazer estão sendo realizadas, todavia ainda limitadas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (BUENO, 2018).

Infelizmente, a região Norte, por sua vez, não acompanhou esse desenvolvimento, especialmente na produção de conhecimento, haja vista o pequeno número de trabalhos produzidos (Soares et al., 2011; Matos, 2001). Localizamos apenas um livro, incentivado pela Rede Cedes (Diagnóstico do Esporte e Lazer na Região Norte – o existente e o necessário), organizado por Soares et al. (2011) - Manaus/AM, bem como um texto a partir de um relato de experiência de esporte e lazer da cidade de Belém: Belém, do direito ao lazer ao direito à cidade, Matos (2001). Talvez uma das razões esteja ligada à pequena oferta de pós-graduação nesse setor específico, nos Estados que compõem a região dificultando a difusão de pesquisas.

A Política de esporte e lazer não deve ser entendida apenas pelas ações realizadas diretamente pelo Estado por via dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, mas também pelas ações realizadas por instituições privadas ou público-privadas em parceria com o Estado. As confederações esportivas nacionais, por exemplo, tratam-se de associações privadas, mas recebem verba pública para fomentar a modalidade a qual dirigem o que configura uma política esportiva tanto no sentido da opção estatal por destinar verbas para uma entidade privada, quanto no sentido das ações em si realizadas por esta entidade (CANAN; DOS SANTOS; STAREPRAVO, 2017).

Somente a partir de 2003, são feitas iniciativas no sentido do fortalecimento da área, que, independente das divergências, reforçam substancialmente os dois setores. Uma delas foi a criação do Ministério do Esporte, que representou um marco na relação entre o esporte e o Estado no Brasil, já que, pela primeira vez na história, o esporte alcançou status a ponto de ocupar um ministério, de forma permanente e autônoma (BRASIL, 2009).

No entanto, até 2002, as políticas nessa área estiveram sob a tutela de diferentes órgãos públicos federais. Inicialmente, esteve atrelado como objeto da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura (1937), tornou-se Departamento de 1970 até 1978, quando se transformou em Secretaria de Educação Física e Desporto, permanecendo vinculado ao Ministério da Educação até idos de 1989, quando ocorreu a desvinculação para criação da Secretaria de Desportos da Presidência da República, cuja designação persistiu até 1995. Nesse mesmo ano, essa secretaria tornou-se o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte

(INDESP), subordinado ao Ministério Extraordinário do Esporte. De 1998 a 2000, o INDESP esteve vinculado ao Ministério do Esporte e Turismo, sendo substituído pela Secretaria Nacional de Esporte (BRASIL, 2009).

Apesar da sua existência datar o ano de 1937, o que configura cerca de 82 anos nos quais a educação física e o esporte estiveram presentes de forma protagonista ou coadjuvante nos diferentes governos, entende-se que, até o presente momento, pouco ou nada, efetivamente e longitudinalmente, tem sido realizado quanto às políticas públicas voltadas para o esporte e lazer no país, especialmente, na região Norte. Assim, iniciativas como a do presente estudo devem ser propagadas de modo que o tema se torne cada vez mais presente nas discussões municipais, estaduais e federais.

4 MÉTODO DA PESQUISA

4.1 Tipos de pesquisa

Este estudo foi submetido ao Comitê de ética da Universidade Federal do Tocantins, tendo já sido validado documentalmente, recebendo o número de CAAE 21628619.7.0000.5519. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de tipo descritivo/exploratório, acerca das políticas públicas de esporte e lazer em Tocantinópolis-TO. A Abordagem qualitativa não tem como foco a representatividade numérica, pois a mesma busca um aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997).

Esta pesquisa configura-se como sendo exploratória em virtude da familiarização com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Ao final de uma pesquisa exploratória, você conhecerá mais sobre aquele assunto, e estará apto a construir hipóteses. Como qualquer exploração, a pesquisa exploratória depende da intuição do explorador/pesquisador (GIL, 2008).

4.2 Local da pesquisa

Foi realizado na Secretaria Municipal de Juventude Esporte e Lazer de Tocantinópolis. A referida cidade está localizada na microrregião do Estado do Tocantins, conhecida como Bico do Papagaio, local que se configura como uma zona de confluência com os estados do Maranhão e do Pará, formando um canal de acesso, via Belém-Brasília, para pessoas, mercadorias e informações do Centro-Sul ao Norte do país. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Tocantins, o Bico do Papagaio é uma microrregião político-administrativa composta por 25 municípios dentre eles se encontra Tocantinópolis (ALMEIDA, 2010).

Em seu primórdio conhecida como Boa Vista de Padre João que no decorrer dos Anos sofre alteração em seu nome e somente por meio do decreto-lei estadual nº 8305, de 31-12-1943 foi reconhecida como Tocantinópolis. O município se estende por 1 077,1 km² e contava

com 22 619 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 21 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de Porto Franco, Campestre do Maranhão e Aguiarnópolis. Tocantinópolis se situa a 90 km a Sul-Leste de Imperatriz a maior cidade nos arredores. Cidade está localizada à margem esquerda do rio Tocantins (IBGE, 2010).

4.3 População/Amostra

Neste estudo a amostra consiste em projetos e ações consideradas políticas públicas desenvolvidas pela Secretaria municipal de Juventude, Esporte e Lazer de Tocantinópolis- TO. Como critério de inclusão nesta pesquisa foi a escolha dos projetos desenvolvidos no período de 2017 até 2019, tal escolha se deve em consonância com a atual gestão do município. Estabelecemos como critério de exclusão, por sua vez, os projetos que não fossem elaborados e implementados pelo poder público do município e/ou aqueles que não foram disponibilizados para análise.

4.4 Instrumentos/Técnicas de coleta dos dados

Utilizamos a pesquisa documental como técnica para a coleta de dados, com a utilização de documentos que não sofreram tratamento analítico ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou até mesmo informações complementares. O desafio a esta técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

4.5 Procedimentos de Coleta dos dados

Para termos acesso aos dados, foi enviado uma carta de solicitação e pedido de autorização para liberação de cópias dos projetos e ações e programas. Assim, entramos em contato com o atual secretário de esporte do município para apresentar os objetivos do projeto

e pegar o documento de autorização da pesquisa na Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer do Município.

4.6 Procedimentos de Análise dos dados

Os dados referentes aos documentos foram tratados por meio da análise de conteúdo de Bardin (2006) que compõe um aglomerado de técnicas de análise das comunicações, que faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A análise de conteúdo tem por intenção a inferência de conhecimentos relativos às circunstâncias de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta perpassa por indicadores qualitativos ou quantitativos. Segundo Bardin (2006), a técnica da Análise de Conteúdo em sua compreensão inicial, consiste na examinação da informação partindo de uma sequência específica de etapas que são: organização da análise, codificação, categorização, inferência e o tratamento informático.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Análise documental dos projetos de Políticas Públicas de Esporte e Lazer em Tocantinópolis-TO

O município que pelo decreto-lei estadual nº 8305, de 31-12-1943, deixou de se chamar Boa Vista e passou a denominar-se Tocantinópolis (IBGE, 2010), atualmente conta com uma Secretaria unificada que é responsável pela Juventude, Esporte e Lazer. Dentre as atribuições da secretaria se encontra-se

Fazer cumprir a legislação federal, estadual e municipal, em relação às atividades esportivas; Promover e apoiar as práticas esportivas da comunidade; Administrar os eventos esportivos municipais; Propiciar à comunidade meios de recreação sadia e construtiva; Realizar os torneios e eventos, visando o aprimoramento físico e qualidade de vida dos atletas locais; Articular-se com órgãos da administração pública e/ou entidades particulares, visando à promoção de eventos esportivos; Incentivar, de modo geral, as atividades relacionadas com o esporte e lazer (TOCANTINÓPOLIS, 2018).

Como apresentado acima, a Secretaria da Juventude, Esporte e lazer (SEJEL) do município de Tocantinópolis desenvolve funções em prol da expansão do esporte e lazer dentro da comunidade. Desta forma, como todas as áreas de atuação do poder público requerem tipos diferentes de políticas, no âmbito do esporte e do lazer não é diferente, sendo necessário que o poder público atue no sentido de garantir sua promoção/expansão.

Levando em consideração que o lazer é constitucionalmente um direito especificado no art. 6 da Carta Magna de 1988, o poder público tem o dever de promover políticas públicas direcionadas ao campo do esporte e do lazer. Conforme apresentado no quadro 1, o setor responsável por desenvolver políticas públicas no município de Tocantinópolis conta atualmente com um conjunto de sete projetos de Esporte e Lazer (seis no primeiro semestre e um no segundo).

Em seguida, pormenorizaremos as principais características dos referidos projetos, dividindo-os em primeiro e segundo semestre de 2019¹, respectivamente:

¹ Os mesmos projetos referentes ao ano de 2019, conforme contemplados neste estudo, vêm sendo desenvolvidos de forma anual, desde o início da atual gestão, em 2017.

Quadro 1: Projetos desenvolvidos pela SEJEL divididos por Semestre

Projetos desenvolvidos no primeiro semestre do ano 2019			
Nome do projeto	Público alvo	Objetivo	Metodologia
1º Projeto Jogos Abertos de Tocantinópolis-JATOC	Campeonato Regional de faixa Etária Aberta	Gerar nova iniciativa na área do desporto para nossa região possibilitando aos atletas modalidades específicas uma aproximação por meio do esporte criando assim oportunidade de prática saudável por meio do esporte.	Abertura geral do evento; alojamento e alimentação para as equipes; Apresentação da premiação e equipe de arbitragem; Tabela de jogos.
2º Projeto Verão Esportivo 2019	Atletas Amadores, Turistas e convidados.	Realizar durante o mês de férias no município o projeto verão esportivo, oportunizando aos atletas, turistas e visitantes uma prática saudável do desporto e lazer no período de veraneio na cidade.	Realiza campeonato de diversas modalidades esportivas praticada no município utilizando da estrutura física da praia, cais da cidade, ruas, praças e rio para o passeio de caiaque.
3º Projeto Copa dos Povos Indígena Apinajé	Povos Indígenas Apinajé do Município.	Estreitar laços de convivência harmoniosa entre os atletas indígenas das diversas aldeias dos povos Apinajé da nossa região fazendo com a que comunidade indígena socialize entre si, promovendo o esporte.	Melhorar as estruturas Físicas e desportivas; executando o nivelamento do campo colocando as traves, distribuindo material esportivo e divisão das equipes das aldeias dividindo pelas regionais, tendo duas chaves de cada regional e cruzam duas chaves de cada regional, fazendo um cruzamento entre os classificados de cada aldeia.
4º Projeto Campeonato Rural	Atletas Amadores da Zona Rural do Município de Tocantinópolis.	Realizar através da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis jogos do campeonato rural nos campos da zona rural estreitando os laços de amizade e criando mais uma ferramenta de lazer dos atletas da zona rural do município.	Utilizar os espaços de lazer como campos de Futebol amador incluindo todas as equipes da zona rural do município de Tocantinópolis, levando os mesmos a interatividade, competição distribuindo materiais e premiação.
5º Projeto Enduro Trilha do Babaçu	Motoqueiros de toda a região centro norte e Bico do Papagaio.	Promover o turismo e o crescimento do comércio e formal e informal da cidade, através da atividade desportiva envolvendo a modalidade de motociclismo envolvendo a região norte, centro norte, e sul do Maranhão.	Realizar em Tocantinópolis o Enduro do Babaçu envolvendo os motoqueiros e amantes do esporte radical, comerciantes locais e prefeitura municipal, com estrutura de som, pouca iluminação, festa, alimentação, apresentação artística e trecho com percurso de 30 km

6º Projeto Futsal Campeão “Um Grito a Favor da Vida”	Atletas amadores de futsal masculino	Realizar no Município de Tocantinópolis um evento levando a juventude, adolescente a prática do esporte lazer e entretenimento, uma pratica saudável de uma vida longe do submundo das drogas.	Realizar um projeto de futsal campeão “um grito através da vida” através do futsal masculino envolvendo toda a juventude do município numa competição realizado nas quadras poliesportivas dos diversos bairros no município.
7º Projeto Campeonato Municipal de Futebol Amador 1ª e 2ª Divisão (II Semestre).	400 a 600 Atletas Amadores de Futebol Masculino.	Trazer opção de esporte e lazer, entretenimento e qualidade de vida levando a uma prática saudável de uma vida longe do submundo das drogas e outros vícios promovendo a união e a integração entre as equipes.	Organização dos Campo Lauro Assunção e CT do Tocantinópolis Esporte Clube; Apresentação do projeto; Reunião com os atletas e dirigentes para aprovação do regulamento; Abertura do evento; Apresentação da premiação e equipe de arbitragem; Tabela de jogos.

Fonte: Ian Melo Silveira (2019)

O município de Tocantinópolis conta com projetos de políticas públicas que são desenvolvidos tanto pelo terceiro setor (privado) e um total de sete projetos desenvolvidos pela Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer que fomenta a prática esportiva e de lazer na cidade. A efetivação dessas ações de esporte dar-se em uma ação conjunta da secretaria em conformidade com a lei de incentivo a promoção do esporte e lazer do município e as lideranças de cada público-alvo, mas sua atuação está mais no sentido de oferecer apoio com recursos materiais (bolas, equipagens, troféus e espaços) e com recursos humanos (arbitragem).

Corroborando com tais dados, Mezzadri et al. (2006), aponta que essas ações se concretizam geralmente com apoio dos órgãos públicos, a partir do fornecimento de materiais esportivos e recreativos, premiações, espaços e auxílio na organização da parte técnica dos eventos.

Os projetos do município apresentam uma estrutura básica contendo pontos específicos tais como: Público-alvo; Frequência; Objetivo; Justificativa, Metodologia e Avaliação. Durante a análise é possível perceber que o número de projetos durante o calendário esportivo é um quantitativo razoável, tendo em vista que a maioria das ações são de média e curta duração. As ações acontecem com uma variação de execução para a comunidade, podendo ser apenas em um fim de semana (como o JATOC e o Enduro de Moto, por exemplo) e até três meses de duração (como o Campeonato Municipal de Futebol).

Nota-se que, dentre os sete projetos desenvolvido pela secretaria, a maior parte é desenvolvida no primeiro semestre do ano, deixando assim o segundo semestre com um calendário de Esporte e Lazer do município com um número reduzido de atividades dessa

natureza, o que nos leva a questionar tendo em vista que a maioria dos projetos são de curta e média duração. Compreendemos que seria necessária uma melhor redistribuição para que houvesse um número mais equiparado de projetos ao longo do ano, não concentrando-os quase que exclusivamente em um único semestre, como acontece no município. Afinal, tal circunstância proporcionaria o acesso mais equilibrado da prática de esporte e lazer para a comunidade.

Em suma, verifica-se que os objetivos apresentam alguns pontos em comum que tratam do incentivo à promoção da saúde, qualidade de vida, prática esportiva de lazer e, sobretudo, o incentivo da prática esportiva para os atletas amadores do município, uma vez que a maioria dos projetos estão voltados para este público-alvo, sem a distinção da faixa etária. Por outro lado, destaca-se a geração de ações que contemplem o público indígena², bem como o público rural com a promoção de campeonatos específicos para os atletas amadores incluindo essa população. Portanto, nota-se que tais projetos parecem concentrar-se mais na questão esportiva de participação/lazer (como competição) e menos na questão da prática de lazer (como recreação). O único que se classifica mais claramente nesta última vertente é o Enduro de Motos.

Identifica-se que o público-alvo está na sua maior parte especificado para atletas amadores de futebol e futsal do município como demonstra em cinco dos projetos apresentados no quadro 1, enquanto apenas um dos projetos está voltado ao público indígena Apinajé e um voltado aos motociclistas da cidade e região, mas, ainda assim, a descrição do público-alvo nos projetos são muito restritas o que dificulta entender o porquê dessa escolha e/ou organização.

Acerca deste ponto, Da Silva (2015) argumenta que é de suma importância a descrição realista do grupo que o projeto quer beneficiar, uma vez que a definição clara do público-alvo contribui para a escolha da metodologia mais adequada para atingir os objetivos propostos. Assim, deve-se levar em consideração a faixa-etária, o grupo social que representa, o nível de escolaridade, a situação socioeconômica e a cultura.

No que diz respeito a metodologia, por sua vez, identificamos que há uma descrição demasiadamente simplória, isto é, sem o devido detalhamento de como acontecerá às implementações dessas ações na comunidade. Além disso, nota-se que, mesmo no caso dos projetos que trazem um detalhamento um pouco mais elaborado acerca da metodologia utilizada – como é perceptível no 7º projeto, por exemplo – apenas é evidenciado que a secretaria se

² De acordo com IBGE (2010) o Tocantins conta com 13.171 indígenas, deste quantitativo 1676 são do município de Tocantinópolis. Eles são detentores de costumes, organizações sociais e tradições culturais bastante diversificadas.

responsabilizará pela equipe de arbitragem, premiação, bem como a organização dos espaços onde vai acontecer cada execução.

Quadro 2: Justificativa dos Projetos desenvolvidos

Nome dos Projetos	Justificativa
1º Projeto Jogos Abertos de Tocantinópolis-JATOC	Através desse projeto venha possibilitar e somar o quantitativo de competência desportivas no Estado, trazendo para o desporto pessoas afastadas, desmotivadas fazendo assim com que a comunidade esportista se socialize em defesa de seus direitos como cidadão, unir os atletas que usavam desses modelos de campeonato.
2º Projeto Verão Esportivo 2019	Necessidade de realizar no período de verão no nosso município um calendário de competição englobando diversas modalidades tais como: Futsal, Vôlei de Praia, Handebol, Corrida de Rua, Torneio de Skate, Futevôlei e Passeio de Caiaque todos no naipe Masculino e Feminino.
3º Projeto Copa dos Povos Indígena Apinajé	Promover entre os povos Indígenas um campeonato de futebol amador oportunizando a esse povo momento de lazer e competitividade e também busca revelar novos profissionais de futebol amadores entre os indígenas.
4º Projeto Campeonato Rural	Demonstrar através do esporte amador que é possível oportunizar trabalhadores e moradores da zona rural do município uma competição de nível e com estrutura adequada para a prática do desporto em nosso município.
5º Projeto Enduro Trilha do Babaçu	Promover um evento de grande porte na modalidade de motociclismo através do enduro evidenciando e promovendo o turismo local envolvendo a força do comércio local e as festividades tradicionais da cidade como “Festa do Babaçu ou Enduro do Babaçu”.
6º Projeto Futsal Campeão “Um Grito a Favor da Vida”	Mostrar uma proposta de evento envolvendo a juventude do município através de jogos desportivos na modalidade de futsal masculino. Tendo no esporte uma ferramenta de combate ao uso indevido de drogas promovendo a cidadania aliada à educação e prevenção da vida do nosso povo.
7º Projeto Campeonato Municipal de Futebol Amador 1ª e 2ª Divisão.	Justifica-se por demonstrar de modo simples e direto o esporte como qualidade de vida levando-os a oportunidade de novos horizontes formando sujeitos capacitados e capazes de se revelar grandes profissionais na área do futebol como também ter no esporte uma ferramenta de cidadania e interação de nossa população.

Fonte: Ian Melo Silveira (2019)

As justificativas dos projetos demonstram que a maior parte descreve que a criação dessas ações oportuniza aos atletas amadores da cidade a participação e envolvimento nos campeonatos buscando sempre incluir os jovens e pessoas afastadas do esporte, oportunizando momentos de lazer esportivo (um exemplo disso pode ser observado nos projetos: Projeto Jogos Abertos de Tocantinópolis- JATOC e Projeto Copa dos Povos Indígena Apinajé), o que a deixa em conformidade com os objetivos. Não o bastante, essas ações, de acordo com os projetos, não deixam evidente se tais políticas públicas desenvolvidas pela secretaria vêm de demandas exigidas pela sociedade ou parte de uma proposta da própria secretaria dentro do que ela

acredita ser melhor para a população, representando, portanto, uma lacuna na sustentação da existência dos mesmos.

De acordo com Da Silva (2015), a justificativa deve explicar os motivos pelos quais os projetos precisam ser realizados e de que maneira podem impactar positivamente a qualidade de vida da população envolvida acarretando mudanças sociais. Apresenta a eficácia das suas ações e de que modo elas irão contribuir para a conversão da realidade. A autora destaca, ainda, que é importante citar dados, referências bibliográficas e outros estudos que reforcem a justificativa do projeto. Afinal, a justificativa é a defesa do projeto.

Além disso, percebe-se que os projetos apresentam uma variação pequena em modalidades esportivas e práticas de lazer, com a predominância do Futebol (quatro projetos). As demais modalidades contempladas aparecem somente no “Projeto Verão” e no “JATOC”, são elas: Futsal, Voleibol, Handebol, Basquete, Skate, Corrida de Rua e Futevôlei, além das práticas que têm mais características de lazer sendo o Passeio de Caiaque.

Destaca-se dentre os projetos que não tem como foco uma prática de esporte e sim uma atividade mais de lazer: o “Projeto Enduro Trilha do Babaçu”, cuja justificativa perpassa pela promoção de um evento de grande proporção para o público motociclista, oportunizando a participação desse público nas festividades tradicionais do município, além de promover a valorização do comércio e do turismo local durante a trilha.

Quadro 3: Profissionais envolvidos nos Projetos desenvolvidos.

Nome dos Projetos	Profissionais Envolvidos
1º Projeto Jogos Abertos de Tocantinópolis- JATOC	Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer, profissionais de execução que são todos contratados para trabalhar no final de semana.
2º Projeto Verão Esportivo 2019	Funcionário da Secretaria, Profissionais Federados de cada Modalidade com apoio da Secretaria de Saúde e Polícia Militar.
3º Projeto Copa dos Povos Indígena Apinajé	Secretaria, Equipe de Arbitragem, Cacique das Aldeia e Representante das FUNAI.
4º Projeto Campeonato Rural	Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer; Árbitros Associados; Dirigentes das Equipe e Comunidade Local Rural.
5º Projeto Enduro Trilha do Babaçu	Endureros, Secretaria Juventude, Esporte e Lazer, Secretaria de Cultura e Turismo, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Equipe de manobras e Acrobacias, Equipe de Segurança e Profissionais de saúde
6º Projeto Futsal Campeão “Um Grito a Favor da Vida”	Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer; Associação dos Árbitros do Município; Profissional de Educação Física e Equipe de Saúde.

7º Projeto Campeonato Municipal de Futebol Amador 1ª e 2ª Divisão.	Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer que atua como agente de manutenção e supervisores de campo; Um profissional de Educação Física; Seguranças particulares e parceiros como a Polícia Militar, Secretaria de Obras, Secretaria da Saúde com Ambulatório Móvel.
--	--

Fonte: Ian Melo Silveira (2019)

Na descrição dos profissionais envolvidos no processo de implementação destaca-se a existência da parceria com outras secretarias e a solicitação de apoio para a segurança como a participação da polícia Militar, Corpo de Bombeiros e uma equipe de saúde para dar suporte durante a execução dos projetos, denotando, neste caso, uma importante preocupação com o estado de saúde e a integridade física dos participantes desses projetos, bem como do público em geral.

Em contrapartida, percebe-se que apenas em um dos projetos está descrito de maneira explícita a participação do Profissional de Educação Física (no sexto projeto intitulado Projeto Futsal Campeão “Um Grito a Favor da Vida”). Contudo, acredita-se que esse profissional pertença ao quadro de funcionário da Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer citada em todos os projetos.

Assim, conforme o estudo de Terra e Cruz (2019), a participação de profissionais com conhecimento específico é um elemento importante para a consolidação das políticas públicas de esporte e lazer, através conhecimentos teóricos e de competências de processamento da informação, análise e reflexão crítica sobre o diagnóstico, a realização, a avaliação e a reformulação de projetos, configurando uma ferramenta pedagógica imprescindível para o seu desenvolvimento.

Quadro 4: Sistema de avaliação dos projetos desenvolvidos.

Nome dos Projetos	Sistema de avaliação
1º Projeto Jogos Abertos de Tocantinópolis- JATOC	Acontece logo ao término da competição uma reunião com todos os contratados no qual eles entregam um relatório de cada coordenação com os pontos positivos e negativos.
2º Projeto Verão Esportivo 2019	Periódica e ao Final do Verão.
3º Projeto Copa dos Povos Indígena Apinajé	Ao término do campeonato, com uma reunião com as lideranças de cada aldeia líderes de cada equipe, Comissão organizadora da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer e Representante da FUNAI.
4º Projeto Campeonato Rural	Ao término da Competição.

5º Projeto Enduro Trilha do Babaçu	Feita ao final do evento, A equipe de organização (SEJEL e Endureros) juntamente com participantes do evento respondem um formulário de avaliação do evento.
6º Projeto Futsal Campeão “Um Grito a Favor da Vida”	Ao final da competição realiza-se uma avaliação com todos os representantes de cada time envolvido na competição.
7º Projeto Campeonato Municipal de Futebol Amador 1ª e 2ª Divisão.	Acontecerá semanalmente com a equipe de arbitragem e coordenadores de cada profissional envolvido. Ao final senta com a equipe Organizadora buscando pontos positivos e negativos sobre a execução do projeto.

Fonte: Ian Melo Silveira (2019)

Em alguns projetos é possível perceber uma descrição um pouco mais detalhada do processo avaliativo, como é o caso do Projeto Jogos Abertos de Tocantinópolis – JATOC e do Projeto campeonato Municipal de Futebol Amador 1ª e 2ª divisão, enquanto em outros, percebe-se uma descrição mais rasas em relação ao mesmo processo, como é perceptível no Projeto Verão Esportivo e no Projeto Campeonato Rural.

Conforme apresentado no quadro 4, o processo de avaliação dos projetos desenvolvidos pela secretaria acontece de acordo com a duração de cada projeto. Alguns têm um processo avaliativo ao final de cada semana; outros estão sempre voltados para o final do projeto, dentre as descrições no projeto evidencia que sempre é realizado uma conversa no qual é exposto os pontos positivos e negativos, o que alguns documentos não apresentam de maneira mais explícita é a forma como esse processo é operacionalizado, como por exemplo, a explicitação de quais critérios são considerados nesta avaliação.

O processo de avaliação das PP é definido por Cohen e Franco (2007, p.77) como uma “[...] atividade que tem como objetivo maximizar a eficácia dos programas na obtenção de seus fins e a eficiência na alocação de recursos para a consecução dos mesmos”. Esse processo, segundo os autores, pode acontecer antes (avaliação ex-ante), durante (monitoramento) ou após (avaliação ex-post) a implementação do programa.

Costa e Castanhar (2003) argumentam que uma avaliação sistemática, contínua e eficaz desses projetos pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar a melhor utilização e controle dos recursos aplicados, fornecendo aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de projetos, ações e programas, dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para uma gestão pública mais eficaz.

Portanto, pode-se articular que o fato de ser apresentada como última etapa não significa que ela seja uma ferramenta para ser utilizada apenas quando o tempo de atuação da Política Pública acaba. Muito pelo contrário, entendemos que a avaliação deve ser feita em todos os

momentos do ciclo de Políticas Públicas, contribuindo para o sucesso da ação governamental e a maximização dos resultados obtidos com os recursos destinados. Além disso, a avaliação também é uma fonte de aprendizado que permite ao gestor (e aos demais profissionais envolvidos) um importante indicativo de quais ações tendem a produzir melhores resultados.

Todos esses resultados em torno do processo de avaliação nos levam a refletir de maneira mais aprofundada sobre quem julga os projetos antes da implementação, uma vez que não fica evidente por onde esse processo passa para que seja aprovado e implementado. Além disso, durante o processo de avaliação acreditamos ser importante que haja uma participação maior da população envolvida (como uma espécie de *feedback*), tendo em vista que os documentos não evidenciam essa informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela continuidade do Esporte e Lazer enquanto o direito social passa por uma boa elaboração das Políticas Públicas, sendo necessário que a gestão responsável realize de maneira eficiente a implementação desses Projetos na comunidade, tendo em vista que a população são os atores beneficiados com essas práticas

Através da pesquisa realizada foi possível observar que a atual gestão municipal da Prefeitura de Tocantinópolis, por meio da SEJEL desenvolve algumas políticas municipais de Esporte e Lazer para a comunidade, a partir especificamente de sete projetos, estando, portanto, em conformidade com a Constituição Federal quando garante o acesso às práticas de esporte e lazer enquanto Direito Social.

Sendo assim, baseado nos nossos objetivos, é possível perceber que a Secretaria concentra uma demanda de esporte e lazer para a comunidade tocantinopolina, principalmente no primeiro semestre do ano, que em suma é o período onde a maioria dos projetos estão sendo desenvolvidos. Embora com os objetivos desta pesquisa sendo alcançados é possível perceber que ainda a muito o que se trabalhar em torno das elaborações e implementações de Políticas Públicas de Esporte e Lazer no município, pois, de acordo com os resultados analisados, o segundo semestre conta com apenas um projeto desenvolvido para a comunidade, e que além disso existe uma demanda de diversas modalidades além do Futebol que pode ser explorada para criação de novas políticas esportivas e de lazer.

Levando em consideração que por muito tempo o Lazer tem se apresentado como uma proposta de direito social a ser acrescida e desenvolvida nos municípios, é perceptível que ele pode ser melhor explorado por meio de um acréscimo na diversificação dos projetos com essas características. Diante do exposto, percebe-se que mesmo com a realização de atividades de lazer apresentada neste estudo, é importante fomentar a prática do lazer por meio de políticas públicas direcionadas para esse fim.

Além disso os projetos no geral se justifica por oferecer as pessoas a oportunidade de participar de campeonatos com foco no envolvimento e reaproximação da prática esportiva, no entanto fica evidente por meio dos documentos se as demandas desses projetos vêm da comunidade ou é proposta por iniciativa única da Secretaria. Por outro lado, a SEJEL sempre buscou parceria com outros setores para o desenvolvimento dessas ações, tais como: Polícia Militar; Secretaria de saúde, entre outras. Assim como destaca a presença do profissional de educação física, que em suma acredita-se fazer parte do corpo de funcionário da secretária. Por

fim destaca-se dentro do processo de avaliação que a Secretaria busca realiza-la levando em consideração o tempo de execução de cada um dos projetos, ocorrendo ao final de cada semana ou após a finalização da ação, no entanto é necessário que explicita de maneira mais detalhada como esse processo é operacionalizado

Em que pese o fato de que este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa documental, nos deparamos com lacunas como: A visão da secretaria e da própria comunidade sobre as políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidas pelo município. Ora, será que a população tocantinopolina não apresenta uma demanda para uma diversidade de práticas esportivas (para além do futebol/futsal)? Qual seria o papel do profissional de Educação Física no incentivo a criação/aprimoramento de novas práticas diversificadas de políticas públicas de esporte e lazer? A impossibilidade de aprofundar dados como estes representa uma limitação da presente pesquisa, indicando a necessidade de novos estudos capazes de abordar tais questões.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. L. **A FORMAÇÃO REGIONAL DO BICO DO PAPAGAIO:** regionalização e polarização. 2010. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/13/420.pdf>>. Acesso em: 27/11/2018.
- ARAUJO, S. M. de; MAGALHÃES, Y. C. da S. Políticas Públicas de Esporte e Lazer em São Luís- MA: a gestão, participação popular e o controle social em discussão. In: ARAUJO Silvana Martins de; VIANA, Raimundo Nonato Assunção. (Org.) **Esporte e Lazer na cidade de São Luís- MA:** elementos para a construção de uma política pública. São Luís, MA: EDUFMA, 2008, p. 35-58.
- BARBANTI, V. O que é esporte?. **Revista brasileira de atividade física & saúde**, v. 11, n. 1, p. 54-58, 2006. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT25082011155743.pdf>>. Acesso em: 20 de Out. de 2018.
- BARDIN, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- BENTO, J. O. Esclarecimentos e Pressupostos. In: TANI, G.; BENTO, J. O.; PETERSEN, R. D. de S. **Pedagogia do Desporto**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p.3-11.
- BRAMANTE, A. C. Lazer: concepções e significados. **Revista Licere do Centro de Estudos de Lazer e Recreação**, Belo Horizonte: UFMG, 1, n.1, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério do Esporte. **Programa Segundo Tempo**, Brasília. 2004. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/snelis/segundotempo/principios.jsp>>. Acesso em: 02/09/2018.
- BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 2008. Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2493>>. Acesso em: 07 de Out. de 2018.
- CANAN, F.; DOS SANTOS, L. L. S. R.; STAREPRAVO, F. A. Panorama geral sobre políticas de esporte no brasil. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 15, n. 1, 2017. p. 15-27.
- CARVALHO, A. (Org.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2002.
- CASTELLANI FILHO, L. **A educação física no sistema educacional brasileiro:** percurso, paradoxo e perspectivas. Tese (Doutorado em Educação). Campinas: UNICAMP/FE, 1999.
- CASTELLANI, F. L. Lazer e qualidade de vida. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas públicas setoriais de lazer:** o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 7-22.
- COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública – RAP*, Vol. 37, n.5. Set/Out. 2003. pp.969-992.

DA SILVA, Ivonilce Brelaz. Elaboração de projetos sociais. 2015. In: II Congresso Paraense de Educação Especial, 2015, Marabá-P. **Anais**, Marabá-PA, UNIFESSPA, p 8-8. Disponível em: <https://cpee.unifesspa.edu.br/images/Anais_IICpee/Ivonilce_Brelaz_da_Silva.pdf>. Acesso em: 03 Nov 2019

DIAS, D.C; FONSECA, Z. V. D. Esporte e lazer como necessidade humana: inflexões. In: SOARES A. A. **Diagnóstico do esporte e lazer na região norte brasileira**. Manaus: Edua, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRASSO, R. M. F. P. **Políticas públicas de esporte e lazer: uma análise da gestão do município de Santarém-PA (2005-2012)**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2015. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

IBGE, **Índice Brasileiro de Geografia Estatística**. 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/tocantins/tocantinopolis.pdf>>. Acesso em: 27 de Nov. de 2018.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. **CIAIQ2015**, v. 2, 2015.

LINHALES, M. A. São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? **Motrivivência**, Florianópolis, n. 11, p.71-81, set. 1998.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

MARCELLINO, N. C. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, N. C. Lazer e sociedade: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. **Lazer e sociedade: múltiplas relações**. Campinas: Alínea, 2008.

MARIANO, S. H. **Políticas públicas de lazer em cidades de pequeno porte de regiões metropolitanas**. 2008. 300 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)–Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008.

MATOS, L. da S. Belém: do direito ao lazer ao direito à cidade. Lazer e esporte. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e Esporte**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

- MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. **Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 136-164.
- MEZZADRI, F. M.; STAREPRAVO, F. A.; BASSO, D.; GUIMARÃES, L.; DOS REIS, R. P. **Esporte e lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí, SP. Fontoura, 2006.
- MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- SOARES, A. et al. **Diagnóstico do esporte e lazer na região norte brasileira: o existente e o necessário** (Org.), Manaus: Edua, 2011.
- STAREPRAVO, F. A. Políticas públicas para o esporte e lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta. In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2007, Recife. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007**. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/283.pdf>>. Acesso em: 16 de Set. 2018
- STAREPRAVO, F. A.; DE SOUZA, J.; MARCHI JUNIOR, W. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Movimento**, v. 17, n. 3, 2011.
- STREY, M. N.; AZAMBUJA, M. P. R.; JAEGER, F. P. **Violência, gênero e Políticas Públicas**, Edipucrs, Porto Alegre, 2004.
- TASSA, K. O. M. E.; LOVATO, A. Políticas públicas voltadas ao esporte e lazer: alternativas para municípios de pequenos porte. **EFDeportes.com, Revista Digital**. Buenos Aires, v.18, n. 190, março 2014.
- TERRA, R. B; CRUZ, R. P. V. A Política de Esporte e Lazer no Município de Campo Grande/MS: Caminhos e Possibilidades para a Gestão Pública. **Licere**, Belo Horizonte, v.22, n.2, jun/2019. Disponível em: <[file:///C:/Users/UFT/Downloads/13582-Texto%20do%20artigo-36093-1-10-20190625%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/UFT/Downloads/13582-Texto%20do%20artigo-36093-1-10-20190625%20(1).pdf)>. Acesso em: 23/10/2019
- TOCANTINÓPOLIS, **Governo Municipal de Tocantinópolis**. Tocantinópolis. c2019. Disponível em:<<https://tocantinopolis.to.gov.br/secretarias>>. Acesso em: 26/09/2019
- WERLE, V. Reflexões sobre a participação nas políticas públicas de esporte e lazer. **Motriz. Revista de Educação Física. UNESP**, v. 16, n. 1, p. 135-142, 2009.
- ZOTOVICI, S. A.; Lopes, B. R.; RANGEL, R.; STAREPRAVO, F. A.; & LARA, L. M. (2013). Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e possibilidades de intersetorialidade. **LICERE- Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 16, n. 3, 2013.

APÊNDICE

APÊNDICE A – CARTA DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Ilmo Sr.

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada “Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Município de Tocantinópolis- TO” a ser realizada na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, pelo aluno de graduação Ian Melo Silveira, sob orientação do Prof. Me. Adriano Lopes de Souza, com o seguinte objetivo: Compreender e dar visibilidade às políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidas no município de Tocantinópolis- TO. Deste modo, se faz necessário o acesso aos dados a serem colhidos no local, como projetos e Ações desenvolvidas pela Secretaria em torno do esporte e lazer, bem como uma entrevista com o secretário. Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que o nome desta instituição conste no relatório final, bem como futuras publicações em eventos e periódicos científicos.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS), que trata da pesquisa envolvendo Seres Humanos. Além disso, asseguramos o total anonimato dos sujeitos que participaram desta pesquisa. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo ou serão mantidos permanentemente em um banco de dados de pesquisa, com acesso restrito, para utilização em pesquisas futuras.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Coordenação, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Tocantinópolis, _____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo do responsável pela instituição